

# **Síntese Histórica da Educação no Rio Grande do Norte**

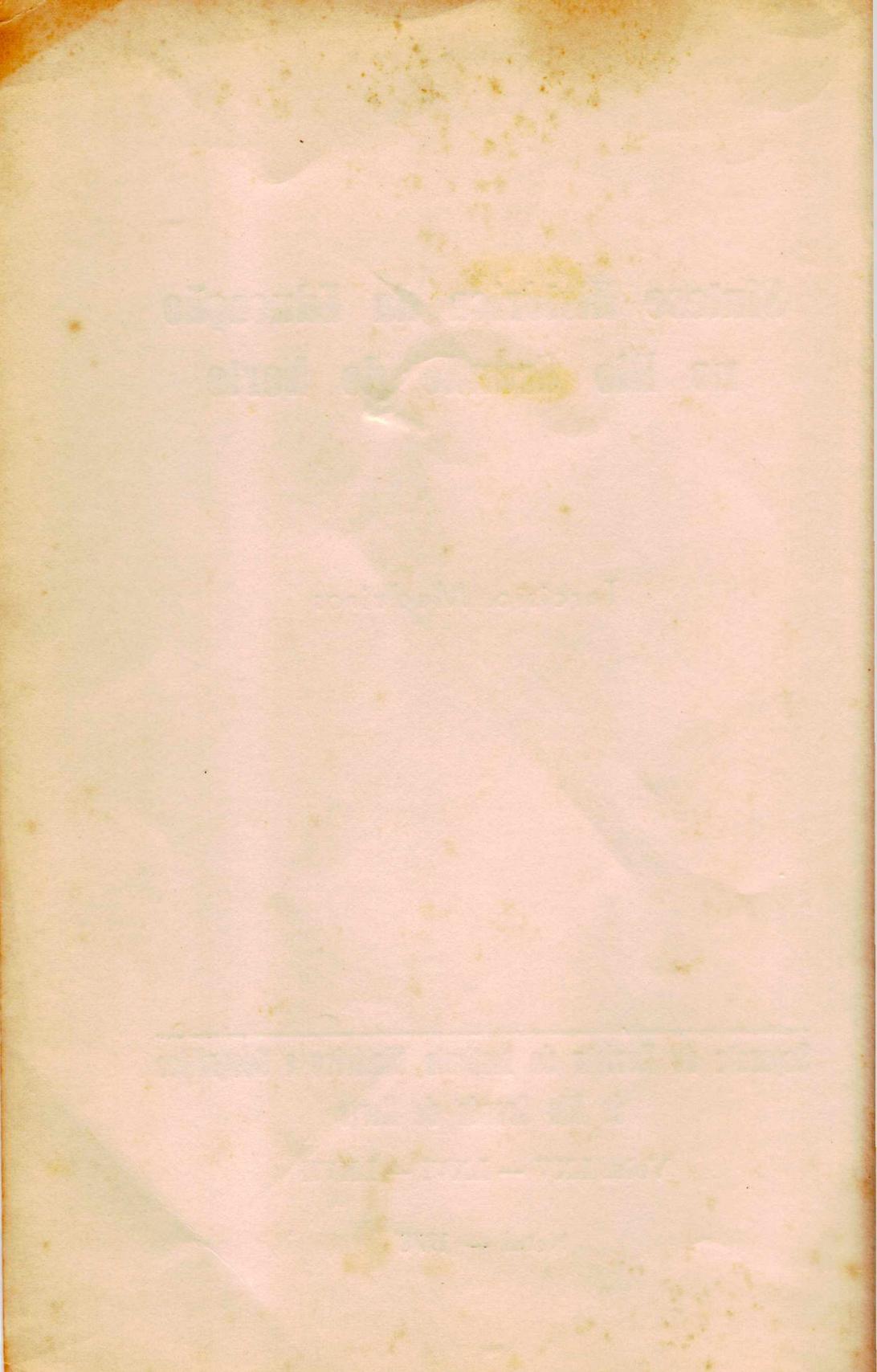
Tarcísio Medeiros

---

Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico  
do Rio Grande do Norte

Vols. LXV — LXVI — LXVII

Natal — 1978





# Síntese Histórica da Educação no Rio Grande do Norte

Tarcísio Medeiros







1  
A culpa  
Marlow, com  
tudo apuro do  
autu!

Paulo de Ventura  
10.04.78

## SÍNTESE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

— Tarcísio Medeiros —

— Sócio efetivo —

Não resta dúvida de que foram as Ordens Religiosas as iniciadoras do movimento educacional no Brasil, especialmente os Jesuítas, “para maior glória de Deus”, conversão do gentio à fé e divulgação da doutrina cristã à mocidade, conforme as regras da Ordem de Iñigo Lopes Recalde, ou Santo Inácio de Loiola.

No alvorecer do Brasil Colônia, foi o Jesuíta Vicente Rodrigues que, em 1549, criou a primeira escola para ensinar a ler e escrever aos colonos e seus filhos, objetivando difundir o ensino como hoje entendemos a instrução. Com a vinda de novas Ordens, multiplicaram-se as escolas noutras regiões, futuras Províncias do Reino Unido Brasil — Portugal — Algarves.

O Rio Grande do Norte, Capitania desde 6 de janeiro de 1598, quando o Forte dos Reis Magos foi erguido como símbolo do domínio português no extremo norte do Brasil seiscentista, teve Natal como cidade fundada em 25 de dezembro do ano seguinte, centro de partida do movimento povoador dos caminhos do Sul, de onde tinham vindo as expedições colonizadoras da Paraíba e de Pernambuco.

No decorrer do século XVII, depois da invasão holandesa e da guerra dos bárbaros — dois acontecimentos sucessivos que liquidaram o povoamento incipiente —, ao seu término com o aldeamento dos Cariris rebelados, já vencidos, fizeram surgir as chamadas primeiras VILAS, nas quais a direção delas, à forma de reduções, foi confiada a Ordens reli-

gias que imprimiram, entre nativos e sesmeiros, a instrução religiosa e civil, naquilo que lhes aprouve ensinar. Daí as primeiras comunidades da Capitania, excluída Natal, foram: — **GUAJIRU** (Estremoz), invocação a São Miguel, dirigida pelos Jesuítas; **APODI**, padroeiro São João Batista, orientada pelos religiosos de Santa Tereza (carmelitas); **MIPIBU**, orago Santana, direção dos Capuchinhos; **GUARAÍRAS** (Arês), invocação a São João Batista, direção dos Jesuítas; e **GRAMACIÓ** (Canguaretama), sob a proteção de Nossa Senhora do Carmo, administrada pelos Carmelitas Reformados. (1)

O ensino das primeiras letras foi, assim, ministrado por esses missionários, que ainda funcionavam como curas das almas nas fazendas e engenhos centros irradiantes da colonização do sertão e dos vales do litoral. Todavia, é preciso ter-se em conta que conforme a ética dos nossos avós, nem todo chefe de família patriarcal, que se esboçava como característica da célula social nordestina, se sentia bem em ver o seu filho, futuro senhor de largas posses, sentado, aprendendo sob regime da palmatória e de castigos outros, conforme a usança do tempo. Era uma humilhação que mais se enquadrava aos “**curumins**”, cabritos ou negrinhos filhos de índios ou de escravos libertos, pobres que precisavam e deviam trabalhar. Seu filho, não. Que autoridade mais tarde poderia ter sobre aqueles mesmos seus agregados e escravos? — E as meninas? Então, o caso era mais complicado, porque foram proibidas: — aprender a ler e escrever significava fazer cartas para namorados, mais das vezes fora das simpatias dos pais.

\* \* \*

Extintas as missões religiosas nessas **SETE VILAS**, entregues que foram ao poder civil pela política do Marquês de Pombal, a figura do mestre-escola vai surgir como uma necessidade para substituir os padres no papel educador.

Por isto, só no século imediato, por ocasião do governo de João de Barros Braga, em 1731, conseguiu ele a designação do primeiro mestre de Gramática Latina, em 21 de julho do mesmo ano. A nomeação “recaiu num clérigo. Ganhava cinquenta mil réis por ano. Achou muito pouco e deixou os alunos” (2).

O segundo, de que os registros do Senado da Câmara de Natal guardaram o nome, foi o minorista Mateus Duarte. Em maio de 1740, já se encontrava em Natal trazendo carta de apresentação de Dom Frei Luiz de Santa Tereza, sétimo Bispo de Olinda, a que pertencia a paróquia de N. S. da Apresentação. Passou a ganhar 60 mil réis por ano. Mas, sendo poucos os alunos, somente recebia por horas de aulas. Quando faltava dinheiro, dava-se por compensado perceber em espécie: — um alqueire de farinha, ou outros gêneros, por cada estudante, não podendo exceder a dois alqueires, fosse qual fosse o número de alunos a ensinar.

Mais tarde, pelo Alvará de 10 de novembro de 1772, o mestre-escola passa a chamar-se "**Professor Régio**", quando nomeado por mercê real. Era pago a dois mil réis por aluno da receita orçada na Capitania proveniente do subsídio literário, que era um imposto cobrado sobre cada rez abatida para o consumo: — 400 réis por boi, 320 réis por uma vaca. Se o costume pega formando jurisprudência, toda a classe do magistério do tempo estaria a depender do açougueiro!

No ano de 1838, eram quatro as cadeiras de Latim: uma em Natal, fundada naquele ano de 1731; outras, posteriormente, em Caicó, São José de Mipibu, Goianinha e Imperatriz, que funcionaram no decorrer de mais de um século, nem sempre providas. E por que durante um século? Porque a Província era tão esquecida e atrasada, que justificava o trocadilho atribuído aquele Bispo de Olinda aplicado à sua Capital: — NATAL? não há tal!

X X X

Enquanto desse modo o tempo fluía, aqueles antigos alunos instruídos pelas Ordens religiosas, pela vocação ou necessidade do meio em que viviam, tornaram-se "*mestres leigos*", em escolas próprias ou lecionando em casas de famílias mais abastadas, prestando serviços inestimáveis no desasnar os broncos a beliscões, palmatória, vara de marmeleiro e suplicios outros, porém formando os nossos pater-famílias do sertão, futuros padres, soldados, chefes políticos, senão uns poucos que chegaram até Coimbra ou Sorbonne. Os professores Régios, à necessidade de gente qualificada para

funções administrativas, foram a elas conduzidas com méritos. Exemplo: Francisco Xavier Garcia, que desde 1789 estava em Natal, constituiu família, chegou à Presidente da Província, presidiu o governo provisório de 1822 e veio a falecer em 31 de agosto de 1828, sem jamais abandonar o mister de professor em sua casa, ou nas primeiras instituições públicas de instrução do tempo.

No século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foram fundadas na Corte, Rio de Janeiro, sede do Governo do Reino Unido, instituições de ensino superior: Academia Médico-Cirúrgica, o Liceu de Artes, a Academia de Marinha, além de outras. O ensino básico, primário, popular, foi esquecido.

Para preencher a lacuna, próximo à Independência, a Carta Régia de 30 de junho de 1821 mandou aproveitar aqueles professores leigos, que sabiam rudimentos das primeiras letras, para ensinarem, independentes de exames, para as respectivas licenças. Assim, em consequência, para o interior das capitânicas que seriam logo Províncias, os mais habilitados, vigários, religiosos outros, e os civis, tiveram permissão oficial para manterem as escolas particulares, ensinando declinações, escrita e taboada, cantando ou aos gritos, aplicando corotes, palmatória e mais castigos. Abaixo de Deus, na terra, o supremo árbitro da juventude era o "mestre-escola".

A partir de 1822, Independente o Brasil, a instrução vai tomar regulamentação em virtude das idéias liberais da Constituição de 1824. O Ministério da Instrução Pública, adota o método *Joseph Lancaster*. Era um processo simples. Ensino mútuo, lógico e sem complicações técnicas que seduziram os professores do passado.

Consistia no professor fazer os alunos mais instruídos e capazes transformarem-se em explicadores e repetidores das lições. As classes dividiam-se em decúrias e os dez meninos eram dirigidos por um decurião. O castigo físico abolido, foi substituído pela punição moral, detalhe jamais obedecido e até combatido pelos pais dos alunos, porque tinham

aprendido que, escrever e ler, somente à custa das flagelações.

Por volta de 1825, faltando naturalmente gente habilitada para tal modalidade de ensino, a portaria Ministerial de 29 de março do Ministro da Guerra mandava que dois oficiais inferiores, com aptidões, fossem enviados à Corte para aprenderem a nova didática e, em seguida, darem lições aos seus irmãos d'armas e aos demais cidadãos nas escolas. Disto resultou o ingresso de nossas forças Armadas no processo educacional do País.

No Rio Grande do Norte, não há notícia da aplicação prática e compulsória desse sistema, apenas aceito pelos estudiosos mestres-escola em suas classes particulares. O norte-rio-grandense dos órgãos administrativos de então estava voltado para a politicagem, as futricas e louvações, em busca de posições mais vantajosas perante o todo poderoso Presidente da Província, ainda estusiasmado da participação nas revoluções de 1817 e 1824. Ao findar o ano de 1827, com a Lei de 15 de outubro, acordou para executar novas determinações régias, criando *Escolas Primárias* em todas as cidades, vilas e povoados, segundo os critérios de seleção de pessoal, afim de que pudesse ingressar no serviço público como professor, percebendo quantia fixa por mês.

Em decorrência dessa lei, foi instalada uma escola feminina na Cidade Alta, Natal, a cargo de Dona Francisca Josefa da Câmara, e depois uma para meninos, regida pelo professor Francisco Pinheiro Teixeira. De 1832 em diante, funcionavam outras em São José, Princesa, Goianinha, Arês, Vila Flor, Estremoz, Príncipe, Portalegre, São Gonçalo, Papari, Touros, Guamaré, Açú, Campo Grande, Santana do Matos, Angicos, Acari, Jardim de Piranhas, Mossoró, Martins e Apodi.

Entretanto, com o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, descentralizando o ensino primário do secundário, cabia às Assembléias Provinciais legislar sobre educação, one-rando, assim, o Poder Executivo de cada Província com o pagamento dos professores, além da responsabilidade de manter as "*humanidades*" ou chamadas "*Aulas Maiores*", as

quais constavam de Filosofia, Geometria, Retórica, Francês e Latim. Nada de Português, nem de Geografia, e muito menos de História do Brasil.

Para ingresso no magistério, não se fazia necessário o título, na falta de instituição profissionalizante, senão mais tarde na Corte com o Colégio Pedro II. Pelo esforço próprio do candidato nas matérias, ele tinha de sujeitar-se a concurso perante o Conselho Presidencial designado pelo Presidente da Província. Se aprovado, nomeado, passava a perceber 75 mil réis por ano, ou 6.250 réis por mês, quantia essa que, no dizer de Rocha Pombo, qualquer pescador ou homem do campo podia ganhar facilmente.

Como se nota, neste particular, o mal da remuneração do magistério começou nessa época, para tornar-se crônico. Basílio Quaresma Torreão, presidente da Província, diria em sua fala ao Congresso, que, por isso, ninguém desejava ser professor para ganhar tão pouco, e mais não podia ser oferecido. Daí as inúmeras vagas nas Escolas do interior e mesmo na Capital.

As "*Aulas Maiores*" (humanidades), reunidas, passaram a ser ministradas no "*ATENEU*", que se instalara a 3 de fevereiro de 1834, numa dependência do Quartel Militar. Estava, desse modo, criada a maior instituição cultural do Rio Grande do Norte que, por quase um século, pelo valor dos seus mestres, preparou a mocidade norte-rio-grandense, da qual saíam nomes famosos da história pátria.

X X X

Mário Cavalcanti, que contou em "*A Tragédia do Mestre-Escola*", esse drama pungente, disse, tomando a frase de Sud Mennucci, que então, o professor era o eterno incompreendido e judiado. E da legião de abnegados, cita exemplos, como D. Cândida Wanderley de Albuquerque, em Mossoró; de Sinhazinha Wanderley, que foi 19 anos professora particular e 20 da Escola Normal dessa cidade, bem como o de Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque, sacrificado até a morte, dizendo: — "minha responsabilidade é imensa e cumprirei o meu dever até o fim".

E por que tudo isto?

O mal estava na inexistência de qualquer instituição de previdência social ao tempo, não apenas que concedesse meios de aposentadoria ou de pensão por morte, nem condições de uma subsistência condigna, em todos os ramos de atividade, máxime se a pessoa era funcionário público.

No Império, a Constituição de 1824 havia silenciado a respeito. Em compensação, surgiu a iniciativa privada criada do as sociedades de auxílio mútuo, ou sociedades beneficentes, jamais instaladas nas Províncias.

A Constituição Federal de 1891 foi a primeira, nas condições precárias do art. 75: "A aposentadoria só poderá ser dada aos funcionários em caso de invalidez nos serviços da Nação"; o que foi repetido nas Estaduais. Desse modo, trabalhava-se até a decrepitude e descanso só contraindo doença. Se morria, a família sem sequer teria direito a uma pensão.

Quanto ao vínculo empregatício do trabalhador assalariado, a coisa era mais precária: — não havia horas fixadas para as tarefas; não havia salário mínimo; não havia diferença entre o trabalho do homem, da mulher ou da criança; não havia seguro de invalidez, por morte, nem tão poucos assistência médica, nem aposentadoria. Quem quizesse haver um enterro modesto, ou um pecúlio para a família, tinha de participar dessas instituições privadas somente criadas entre nós ao ser iniciado o século presente, como A Previdente Natalense, em 8.11.1903; a Liga Artística Operária, fundada em 28.2.1904, e Previdente dos Passos, a 16 de dezembro de 1923. A Associação de Professores, fundada em 4 de dezembro de 1920, da qual foram presidentes Luís Soares, Alfredo Lira, Luís Antônio, Antônio Fagundes, Joaquim Coutinho de Faria, Paulo Vieira Nobre, Geraldo Magela, João Batista Cabral, Acrísio de Menezes Freire e outros, é o exemplo primeiro e único de união de classe ao molde beneficente, favorecendo pecúlio por morte, sem contudo intervir na defesa dos interesses do professorado. No decênio de 1960, existiram outras tentativas de sindicalização que não vingaram.

O montepio, modalidade de pensão por morte ao funcionalismo, salvo equívoco, teve o Rio Grande do Norte como precursor pela Lei n. 171, de 12 de setembro de 1901. O desembargador Vicente Lemos, quando esteve no Rio de Janeiro tratando com Rui Barbosa da defesa do Estado na questão de Grossos contra o Ceará, levou o anteprojeto ao grande jurista pedindo que o colega lesse o trabalho feito por uma equipe de norte-rio-grandenses. Quinze dias depois, voltando para despedir-se de Rui, este, devolvendo-lhe o ensaio, disse: — “Nada tenho a alterar. Os senhores se adiantaram 50 anos na solução de um problema social. A lei do montepio é perfeita. Jamais deixem alterá-la”. Em verdade, posta em execução, vigorou até 1962, quando foi criado o Instituto de Previdência do Estado.

Estas eram as relações de trabalho do tempo, sem proteção e sem horizonte, especialmente do magistério que contrariava o refrão poético e romântico de ser “a escola risinha e franca”.

X X X

O prédio em que se instalou definitivamente o ATENEU, até ser destruído para dar lugar ao atual, onde funcionou o Instituto de Matemática (hoje Repartição do Município), foi iniciado em 13 de janeiro de 1848, na presidência de Antônio Joaquim de Siqueira, sendo inaugurado onze anos depois, quando do governo de Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, a 1 de março de 1859, ao mesmo tempo para instrução profissional, com o nome de “Colégio de Educandos Artífices”, de vida efêmera, vez que em 1862 estava extinto. A 1 de março de 1874, anexo ao ATENEU, era fundada uma Escola Normal, com matrícula de 20 alunos, para finalidade de, após três anos, atribuir títulos de professores primários. Também fechou, logo depois. O ATENEU, embora os seus concluintes tivessem acesso às Faculdades Superiores, que fossem criadas, facultava, mediante concurso, o professorado no seu seio e fora dele.

Em derredor da vida docente e discente do ATENEU, pode-se dizer sem susto, criou-se e expandiu-se a cultura popular. Os alunos graduados por ele formaram instituições outras que existem até hoje. Criaram centros literários, jor-

nais e associações nas quais sempre imprimiram um culto de moral e civismo. Exemplificando, como divulgação do saber, hoje inexistente, salvo aquilo que a atual Universidade encoraja, tivemos jornais de colunas abertas aos arroubos poéticos e literários da juventude, sem esquecer a mania política. Num espaço de 1887 à 1902, tivemos em Natal, entre outros: A Gazeta de Natal, O Correio de Natal, A Liberdade, O Cascabulho, O Corisco, O Punhal e o Tentamen. Quando um fracassava e fechava as portas, os outros gozavam, mas de forma espirituosa, assim:

“Portanto, escreva-se hoje  
Um epitáfio sentido  
Sobre a campa do finado  
Nestes termos concebidos:  
Aqui jaz um jornaleco  
Que, agarrado pelo cós,  
Morreu demorte macaca  
Ao cantar dos coriós”. —

Os cursos do ATENEU, pela organização do Decreto n. 891, de 8 de novembro de 1890, constava de CIÊNCIAS E LETRAS E ARTES.

*Ciências:* — aritmética e álgebra, geometria e trigonometria, física, química e mecânica, história natural e higiene, geografia geral e do Brasil e astronomia, história geral e do Brasil, sociologia, moral e pedagogia.

*Letras e Artes:* — português e literatura nacional, francês, inglês, latim, desenho, música, ginástica, evoluções militares e esgrima.

Comparado com os currículos dos antigos Institutos de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade, pouco faltou para uma identidade perfeita. No final, os graduados recebiam o título de Bacharel em Ciências, Letras e Artes.

O ensino não era de má qualidade, como disse Aduauto Câmara: “Os professores eram, de modo geral, competentes por uma formação autodidata, porém com as limitações que o meio provinciano permitia na renovação dos seus conheci-

mentos. A admissão se fazia por concurso de títulos, e, depois, com a reforma Maximiliano, por concurso de provas e títulos. A memorização era muito exigida, como em geografia e história. Em línguas, sempre regras gramaticais, tradução e versão. Exercícios de conversação, muito raramente, salvo quando o professor sabia falar o idioma que ensinava. Entretanto, em português, línguas mortas e nas matemáticas, existiram mestres notáveis. Em disciplina interna, passara o tempo dos castigos corporais: advertência, suspensão e expulsão eram as penas". (4)

X X X

O Dr. Pinto de Abreu foi uma figura que poderíamos chamar de pedagogo nato. Mais professor do que bacharel, imprimiu reformas didáticas em nosso ensino, e por seu intermédio nasceria a Escola Normal definitiva. Benquistado como Diretor do Ateneu, nem por isso deixou de sofrer as conseqüências do eterno espírito de irreverência dos alunos. Conta Clementino Câmara (5) que, em seu aniversário, correram uma subscrição para o presente de praxe. Apenas Gotardo Neto, poeta emérito, colocou às escondidas, no pacote, estes versos:

"Eu, que à justiça não minto,  
 porque respeito o seu brilho,  
 Pr'a festa do doutor Pinto,  
 assino um saco de milho".

Professores de português, francês e latim, inigualáveis pela cultura, foram João Tibúrcio, Estevão Dantas, José Calazans Pinheiro. Em matemáticas, Manoel Garcia, Zózimo Platão de Oliveira Fernandes. Em química e física, dr. Vale Miranda, português de nascimento, e Dr. Joaquim Tôres; francês, Abel Barreto... e outros, que os sucederam, foram homens que prepararam cidadãos para todas as profissões da vida da Província e do Brasil.

João Tibúrcio, figura impressionante do saber da língua pátria, era capaz de recitar inteiro os Lusíadas e traduzir com perfeição e ainda falar o latim. Desleixado no trajar, sempre de charuto na boca, não perdia nunca uma aula, sen-

do pontualíssimo no cumprimento do dever. Aposentado depois de 58 anos de magistério, não suportou à perda do hábito e um mês depois estava morto.

Estevam Dantas, ou José Estevam Dantas, latinista profundo, antigo aluno do ATENEU, bacharel e licenciado em ciências filosóficas pela Universidade Gregoriana, Roma, monsenhor que seria príncipe da Igreja católica se mais tivesse vivido, fidalgo no aspecto e trato, foi ainda um conhecedor do grego, sendo consultado extra-fronteiras do Estado para traduzir complicados alfarrábios de línguas mortas, nas quais inclusive versejava com perfeição.

José Calazans Pinheiro, Monsenhor Calazans, sério, exigente, ensinava também Latim, como Geografia, Francês e Astronomia, matéria esta em que deixou um livro, único e perfeito para a época, escrito em colaboração com o Coronel Costa Pinheiro: — “Lições de Cosmografia.” — O Coronel Costa Pinheiro foi seu famoso irmão “Neco”, grande astrônomo e fixador de nossas fronteiras com o Marechal Rondon.

Monsenhor Calazans, nervoso e impertinente para com os alunos, tinha o costume de, após a lição anterior, na aula seguinte, iniciá-la arguindo a respeito, e quando o aluno embatucava, com sua voz nazalada, dizia: — Oh! senhor: “Legere et non intelligere, non legere” (Ler e não entender, não é ler). Ou então, se o rapaz não sabia responder certo, acrescentava: — “Dicere et non probare, non dicere, senhor! (Afirmar e não provar não é afirmar). Por isto, estava sempre às turras com os pupilos. Certa vez, suspendeu por quinze dias o segundo-anista João Campos Café Filho, por infringir a disciplina escolar, faltando com o devido respeito ao professor. Jamais pensaria que o insubordinado seria Presidente da República.

Certa feita, à desforra pelas impertinências do querido mestre, os alunos pregaram-lhe uma peça. Sabiam que ela, para tornar a cadeira mais macia, colocava sobre o assento, pregado por baixo com cordões, um couro de raposa. Então, passaram um pouco de cola de marceneiro, da mesma côr do pelo do couro e espalharam-na discretamente por sobre o

assento. Monsenhor Calazans deu a aula enquanto a cola, com o calor, secando grudou o couro com a batina. No final, ao levantar-se, lá se vai o padre com cadeira e tudo de porta a fora, sobre estrondosa gargalhada da classe.

Como estes e mais outros, é que de seus esforços, dedicação e até sofrimentos, o ensino no Estado progredia, especialmente depois da República, quando, além da intensificação do primário, se abriram novas oportunidades para entrada do sexo feminino em todos os setores. Em 1903, fizeram exames de Humanidades no ATENEU as primeiras: Sidrônia de Carvalho, Maria Aminda Caldas, Edilbertina Figueira e Albertina Avelino.

Nesse particular da mulher na vida estudantil, se a participação dela naquele ano foi pioneira no ensino misto, não pode ser olvidado o que representou como mestra de primeiras letras, e, logo mais, o papel de relevo no panorama das letras do Estado e do Brasil, como Izabel Gondim, Nisia Floresta Brasileira Augusta e Auta de Souza.

Professora, especialmente que foi, das três, Izabel Gondim, seguindo a tradição do pai, — Urbano Egídio da Silva Costa Albuquerque Gondim, lente do antigo ATENEU, chegou a escritora e poetisa de valor, com obras publicadas que a fizeram pertencer ao Instituto Arqueológico de Pernambuco e a primeira a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico do Estado, em 29 de julho de 1928. Como todas as mulheres avançadas em anos, não gostava de dizer sua idade. Dr. Janúncio Nóbrega, em certa homenagem pública a ela prestada, a certa altura do discurso, disse: — Hoje, dia de alegria. Hoje em que completais... — E voltando-se para ela: — Quantos, D. Izabel? — ela imperturbável, respondeu: “Siga o seu brinde doutor Janúncio, siga o seu brinde”... Tendo lido Eurico Coelho, acrescentou: — “Devo ser muito velha, meu filho. Imagine que sou do tempo em que era falta de educação perguntar-se a idade dos outros”.

\* \* \*

Quando o ruste educacional republicano abalou o Brasil, é que outras instituições, pilastras da formação de professores ainda existentes no Estado, começaram a surgir.

Em 1902, o Colégio da Imaculada Conceição das Irmãs Dorotéias.

Em 1903, o Colégio Diocesano "Santo Antônio", anexo à igreja do mesmo nome que, a partir de 26 de dezembro de 1929, foi entregue à direção dos Irmãos Maristas. Passando a lecionar em fevereiro de 1930, com o método francês do "Guide des Écoles", os maristas sob a direção do Irmão José Vey, tirariam a primazia secular do ATENEU na formação da juventude potiguar.

No governo do Dr. Antônio de Souza, finalmente, foi criado em definitivo o Grupo Escolar Modelo, conforme o decreto n. 174, de 5 de março de 1908, o que permitiu, em 29 de abril do mesmo ano, o funcionamento da Escola Normal instalada no mesmo prédio — (onde foi a Faculdade de Direito — Pr. A. Severo), já que a fundada em 8 de fevereiro de 1890 havia fracassado.

A 2 de agosto de 1912, o Colégio Sagrado Coração de Maria, em Mossoró. Pela Lei de 24 de abril de 1922, a Escola Profissional do Alecrim, ensinando serralharia, mercenaria, sapataria, funilaria.

Por Decreto n. 163, de 19 de janeiro de 1922, a Escola Normal de Mossoró, onde existia, anteriormente — fundado a 22 de março de 1901 —, o Colégio Diocesano Santa Luzia.

A Escola Doméstica de Natal instalava-se em 1º de setembro de 1914, mantida pela Liga de Ensino inspirada por Henrique Castriciano de Souza. Foi a primeira do Brasil, aos moldes das escolas Suíças, tendo como professores suíças, francesas, inglesas e norte-americanas. Ímpar e poderosa, no dizer de Câmara Cascudo, a Escola Doméstica de Natal é um dos mais altos e legítimos títulos de alegria educacional brasileira. Diplomou sua primeira turma em 1919, sendo paraninfo o Ministro Oliveira Lima. A 8 de setembro de 1919, a Escola Técnica de Comércio de Natal, a primeira no gênero, formando contadores. Em seguida, com currículo igual, outra feminina de pouca duração.

Para o interior, em Caicó, desde 1925 funcionava o Colégio Santa Terezinha do Menino Jesus, como também, em Ceará-Mirim, o Colégio Santa Agueda e o Colégio do Carmo, respectivamente, em 1937 e 1941. Na cidade do Açu, a partir de 1927, o Colégio Nossa Senhora das Vitórias.

Ainda em Natal, tivemos o Colégio Pedro II sob a orientação do inesquecível Professor Severino Bezerra, em dias de agosto de 1927. Depois o Colégio "N. S. das Neves", no Alecrim, em 5 de agosto de 1932; o Colégio Salesiano, na Ribeira, ocupando a mansão doada por D. Inês Barreto, a partir de 1936; o Ginásio "7 de Setembro", fundado pela dedicação de Hemetério Fernandes Queiroz, em 1944; o Ginásio "São Luís" do Padre Eymard L. Monteiro, que iniciou as atividades em 1º de abril de 1946 e inaugurou o ciclo ginásial em 1º de abril de 1956; o Colégio "Maria Auxiliadora, em 2 de fevereiro de 1951, na Rodrigues Alves, Tirol; e, finalmente uma rede de Colégios Estaduais para atender a nova sistemática do ensino do 1º e 2º graus, também no interior.

\* \* \*

Nessa progressiva educacional, a partir do princípio do século, evidentemente teria de haver a iniciativa de instalação de um curso superior entre nós. A Escola de Farmácia, criada pela Lei n. 498, de 2 de dezembro de 1920, foi a pioneiríssima. Foram seus alunos: Áureo Paiva, Álvaro Tórres Navarro, José de Almeida Júnior e Óton Paulino de Santana. Só terminaram dois, em 1925: — Álvaro Tórres Navarro e José de Almeida Júnior. Depois, fechou. Justificava a fama que possuímos: — "Natal, cidade do Jã Wey".

Dos mestres dessa Escola dois tornaram-se em evidência: — o Dr. Vale Miranda, português radicado em Natal, conhecedor profundo da física e química, deixou entre nós vários produtos de sua especialidade, entre eles, o que ainda é vendido nas Farmácias: "Sanarina". O outro, o Dr. Joaquim Inácio Tórres, também e sobretudo professor do "Atheneu". Proprietário da Farmácia Tórres, ao tempo na esquina da Praça 7 de setembro com a Junqueira Aires, toda vez que desabavam as chuvas, esfregando as mãos dizia: "uma chu-

vinha dessas não dou por menos de 100 mil réis”, antevendo o lucro na compra de remédios contra a gripe. “Seu Tôres como era conhecido, só dizia “ENTÃO” por “Entonce”, já ouviu por “joviu” e “ÓXIDO” por “OCHIDO”. Nas aulas práticas, anunciava sempre uma reação notável. Até que um dia, os seus alunos do Ateneu trocaram os frascos dos ácidos, e o resultado foi uma explosão terrível na sala. Emergindo da fumaça, cara negra e cabelos chamuscados, proclamou solene: — “É assim que morre um sábio”.

Merece destaque especial, naquela época, a Associação de Escoteiros do Alecrim”, no dia 24 de junho de 1917. Foram seus fundadores, Henrique Castriciano, Meira e Sá, Elói de Souza, Moisés Soares, Comandante Monteiro Chaves, e aquele que a dirigiu até a morte em 13 de agosto de 1967, — o Professor Luís Soares Correia de Araújo, exemplo de dedicação à juventude potiguar, encaminhando-a na trilha da moral cristã e de amor às nossas tradições.

Depois de 1934, mudaram os currículos para ingresso no Curso Superior. Acabaram com as Humanidades; com o regime de madureza. Sucederam-se transformações outras de conclusões de cursos, como os de cinco anos do ginásial para mais dois pré-Universitários, posteriormente transformados em ciclos ginásial e colegial, hoje obsoletos em razão da última reforma estabelecendo o ensino de 1º e 2º graus.

Mas, em quaisquer circunstâncias, chegar aos bancos acadêmicos somente era permitido a quem tivesse situação econômica capaz; quem fosse sustentado pelos pais, ou conseguisse afanar-se num emprego ao tempo para estudar, podia aspirar a esse ideal concretizando-o em Recife, Fortaleza, Salvador ou mesmo Rio de Janeiro. Daí, muitas vocações nãtas perdidas.

Por fim, ao término da década de 40, o Ensino Superior entre nós firmou-se definitivamente. A segunda Faculdade de Farmácia, em conjunto com a de Odontologia, idealizada pelo Professor Luiz Soares Correia de Araújo, é instituída pelo Decreto-Lei nº 684, de 3 de fevereiro de 1947, do então

Interventor Federal Gal. Oreste da Rocha Lima; — Faculdade de Direito (Lei Estadual nº 149, de 15.8.1949); Faculdade de Medicina, iniciativa da Sociedade de Assistência Hospitalar do Estado (Resolução de 29 de janeiro de 1955), autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 37.931 de 20.09.55, do Presidente Café Filho; Escola de Engenharia (Lei Estadual nº 2.045 de 11-9-1957); e a Faculdade de Educação, depois Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Natal fundada pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte (12.3.1955) instalou-se em 27.12.56 face o reconhecimento Federal pelo Decreto nº 40.573, de 18.12.1956. Este núcleo inicial, e mais a Escola de Serviço Social, escola particular funcionando desde 02 de junho de 1945, motivou a formação da Universidade graças os esforços do Prof. Dr. Onofre Lopes da Silva, seu primeiro Magnífico Reitor. A fundação ocorreu face a Lei Estadual nº 2.307, 25.06.1958, e funcionamento aprovado pelo Decreto-Federal nº 45.116, de 26 de dezembro do mesmo ano. No dia 18 de dezembro, pela Lei nº 3.849, estava incorporada ao Ministério da Educação.

Progredindo sempre, a partir dessa época, a Universidade criou, incorporou, ou agregou outras Unidades dispersas, como Instituto de Antropologia "Câmara Cascudo" (Lei Estadual nº 2.694, de 22/11/60); Instituto de Biologia Marinha (Res. Cons. Univert. 4/10/62); Escola de Música (Res. nº 6, de 19.1.62 Cons. Univert.); Colégio Agrícola de Jundiá, fundado em 7/12/49 e transferido à Universidade pelo Dec. Federal nº 61.162; Escola Doméstica de Natal, ensino médio, fundada em 19 de setembro de 1914, agregada em 22.6.1962; e Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal (30.9.1957), federalizada pelo Decreto nº 1021 de 19/7/62. Órgãos suplementares surgiram: — CRUTAC, que adotou programa de interiorização dos seus diversos cursos, segundo o qual o estágio dos estudantes concluintes passou, em parte, a ser realizado numa área de doze Municípios da região do Trairi, mediante criação de condições de treinamento útil nos setores profissionais respectivos (instalação em 2.8.66); e o SEPA, serviço de Psicologia Aplicada, em 15.8.65. No decurso de 75/76, ainda incorporou as Faculdades de Jornalismo e Sociologia, pertencentes à Fundação "José Augusto".

O Campus, verdadeira cidade Universitária, idealizado, executado e iniciada a sua instalação em 1972, fruto do esforço e dedicação do Prof. Genário Fonseca, então Reitor, em razão da nova estrutura do Ensino Superior, aglutinou os cursos em cinco Centros: de Ciências Exatas e Naturais, de Ciências Humanas, Letras e Artes, de Tecnologia, de Ciências da Saúde e de Ciências Sociais Aplicadas, que acolhe, **anualmente**, em seus diversos cursos de formação, mais de 1.500 novos alunos e entrega, devidamente qualificados, aproximadamente, 900 professores e profissionais, tais como — na Área Biomédica — Biólogo, Dentista, Prof. em Educação Física, Enfermeiro, Farmacêutico, Médico e Nutricionista; na Área Humanística — Bacharel em Direito, Assessor-Secretário Executivo, Artista Plástico, Bacharel e Licenciado em Letras, Comunicólogo em Teatro, Contabilista, Economista, Licenciado em Geografia, História, Historiógrafo, Jornalista, Licenciado em Pedagogia, Administrador Escolar, Orientador Educacional, Supervisor Escolar, Músico, Professor dos 1º e 2º graus do ensino médio, Professor de Estudos Sociais e Técnico em Administração; na Área Tecnológica — Arquiteto, Engenheiro, Estatístico, Físico, Geólogo, Matemático, Professor de Ciências, Químico, Tecnólogo em Administração de Empresa Rural, Tecnólogo em Aquicultura, Tecnólogo em Cooperativismo, Tecnólogo em Indústria Têxtil.

A dinâmica dos Governos Federais, de 1964 até hoje, tem dado prioridade ao setor da educação, e, por isso mesmo, como ocorre noutras partes da Federação, a ação Universitária não se restringe somente a comunidade em que ela atua, porém permite à formação de outros centros universitários nas regiões de densidade demográfica acentuada. Essa política permitiu, no Estado, fossem instalados, na Zona Oeste, além da Universidade Regional de Mossoró, os núcleos avançados de Açu e de Caicó.

Na atual gestão do Reitor Domingos Gomes de Lima, diz ele, que “a conscientização dessa realidade tem feito com que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte venha adotando procedimentos eminentemente pragmáticos, implementando respostas de caráter conjuntural e doutrinário, através de um modelo comportamental de efetiva validade

para a renovação ou dinamização dos fatores próprios do macro-sistema social em que se encontra inserida. Essa visão implica o atingimento dos seguintes objetivos: — a) elevação dos seus níveis de eficiência educacional e administrativa; b) desenvolvimento da pesquisa pura e aplicada, voltada para a identificação e aproveitamento das potencialidades regionais; c) formação de profissionais, atendendo à demanda do mercado regional, para instrumentalização do desenvolvimento da Região e do País; e, d) integração da Universidade à comunidade, estendendo a esta os resultados e benefícios próprios da Instituição.

\* \* \*

Quanto à formação do professor, podemos apontar o ano de 1950, como o marco inicial da reestruturação do magistério para os ciclos médio e superior com a obrigatoriedade de cursar as Faculdades de Educação. Antes, toda aquele que por vocação entregava-se ao mister, tendo concluído o curso secundário, podia requerer o seu registro nas disciplinas que lecionava, sujeito a prova do exercício em tantos anos, atestada a sua eficiência e honorabilidade perante o MEC.

Após 1956, para várias regiões do País, onde havia deficiência de professores formados e na falta de órgãos de formação, o MEC estabeleceu o exame de suficiência (CADES). Os candidatos possuidores de cursos superior, secundário ou comercial, freqüentavam em dois meses disciplinas de Didática Geral, Didática Especial e conteúdo das matérias escolhidas e, afinal prestavam exames escrito, oral e prático. Sendo aprovados, recebiam os respectivos registros para lecionarem nos Cursos Comercial e Secundário (ginásial e colegial). Hoje, praticamente, está extinto.

Todavia, somente com a criação do regime universitário, adotando uma sistemática educacional calcada numa didática moderna e dinâmica, é que foi possível proporcionar o melhor preparo técnico dos seus graduados, sobremaneira dos seus professores que vão atuar na área do ensino básico, célula principal de formação daqueles que pretendem chegar aos bancos acadêmicos.

A professora doutora Maria Izaura de Medeiros Pinheiro, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Educação, é quem explica essa transformação: —

“— A Universidade Federal do Rio Grande do Norte refletiu, de início, quanto à execução do ensino, a situação característica da Universidade Brasileira”.

“— Partia-se do falso pressuposto de que o especialista numa determinada área do saber, era capaz de exercer a docência ministrando aulas do conteúdo no qual havia aprofundado estudos ou possuía uma experiência profissional mais rica. Conseqüentemente fortaleceu-se uma metodologia tradicional operacionalizada, basicamente, através da técnica expositiva. No ensino das disciplinas que demandavam as chamadas “aulas práticas”, as “preleções” eram seguidas de experimentos o que de uma certa maneira, concretizava objetivos de aplicação”.

“— As mudanças que vinham se operando no ensino em conseqüência da divulgação de princípios da Psicologia da Aprendizagem, e, principalmente, reivindicações estudantis clamando por um ensino mais efetivo, repercutiram na nossa Universidade. Professores de outros Estados, a convite das então Faculdades, aqui ministraram cursos intensivos de Didática. Posteriormente, no ano de 1968, houve a incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal da Fundação “José Augusto”, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, contando com grande número de professores licenciados que ministravam disciplinas pedagógicas nos diversos Cursos de Licenciatura. A partir daí esses professores passaram a ser solicitados pelas Faculdades para ministrarem cursos de “Didática do Ensino Superior” — (Odontologia, Medicina, Serviço Social, Farmácia, Ciências Econômicas)”.

“— Eram, entretanto, cursos que simplesmente se limitavam a análise de métodos e técnicas aplicáveis ao Ensino Superior. Com o advento da Reforma Universitária houve preocupação em reformular a estrutura didática da Universidade para adaptá-la a uma nova realidade.”

“— Uma nova sistemática de avaliação foi implantada, passando-se a adotar conceitos. A criação do Ciclo Básico constituiu, num certo sentido, uma pressão para unificação de procedimentos de ensino e coerência entre os conteúdos programáticos. A determinação de pré-requisitos evidenciou a necessidade de determinar comportamentos iniciais”.

“— A preocupação, hoje dominante, de fazer do ensino uma atividade cientificamente embasada, sensibilizou o professor para adotar uma nova atitude em sala de aula. Sentindo que o simples “fazer didático” não satisfaz, começaram os professores a buscar uma explicação para os procedimentos preconizados pelo ensino novo, na forma adotada em recente Resolução do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, determinando modificações nos programas a serem desenvolvidos nos cursos de aperfeiçoamento e especialização. O uso de recursos de visualização foi sensivelmente ampliado. Surgiram experiências com o modelo não diretivo de ensino e algumas disciplinas experimentaram modelos de ensino personalizado”

“— No primeiro período do ano letivo de 1976, professores de diversas áreas frequentaram um Curso de Aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Superior. No segundo período o mesmo Curso está sendo realizado, contando com a participação de professores. A responsabilidade de coordenar e ministrar estes Cursos foi atribuída ao Departamento de Educação”.

“— Atualmente, para tornar exequível a aplicação de novas normas sobre avaliação, as quais põem ênfase na avaliação por objetivos, está sendo desenvolvida uma programação capacitando professores para adotar esse processo”. —

Com a Universidade formada e formando dessa forma então aquela frustração de que muitos entre nós sofreram por não poderem alcançar o grau superior, desapareceu, porque ela, hoje, no dizer do ex-Ministro da Educação, senador Jarbas Passarinho, — “deixou de ser mero repositório de conhecimentos a serviço da aspiração de saber de uma elite, para se transformar num instrumento que satisfaça a aspiração da sociedade, ao progresso, cada vez mais aberta aos pobres”. Aberta a todos, dizemos nós, indiscriminadamente, só faz uma

exigência moralizadora: — capacidade. Honestidade e eficiência profissional, são atributos conseguidos no estudo e exemplos dos seus mestres.

A evolução técnica e científica, a especialização conseguida no curso universitário acabou com a figura do mestre enciclopédico e requisitado para toda obra. A instrução, ministrada dentro das referidas modalidades didáticas, valorizou o conhecimento humano formando de novas categorias profissionais e orientou a juventude em busca de vocações autênticas.

A carreira do magistério, também, a partir daquele momento, sofreu substancial transformação, melhorando sensivelmente a partir dos 12 últimos anos, quando foi colocada em igualdade, quer como funcionário público ou empregado, em direitos e obrigações, a outros cargos de funções empregatícias, recebendo os benefícios e assistência previdenciária possíveis, como ocorre em todo o Brasil. Mas, aguarda ainda a fiel concretização do “Programa de Metas” do Governo Federal para sentir-se verdadeiramente recompensada do seu alto valor social, como explica João de Scantimburgo, em “Tratado Geral do Brasil”: — “O magistério terá sua parte nessa obra, que se nos antefigura gigantesca. Ninguém ignora que o professor de todos os níveis é mal remunerado em nosso País, que chega ele ao sacrifício, para cumprir a sua missão transfiguradora da inteligência. Vencimentos ou salários baixos, condições de trabalho não raro péssimas, sobretudo no interior, onde jovens professores não têm, muitas vezes, onde habitar e comer decentemente. O “Programa de Metas” se preocupa com o problema e vai se ocupar dele. O professor terá que ganhar mais e dispor de assistência, graças à qual o exercício da profissão educativa seja menos penosa, não dependente, exclusivamente, de um fator sujeito a mudança, como a vocação”.

Vê-se, assim, que a administração brasileira de agora, consciente de sua imensa responsabilidade, toma a educação no seu verdadeiro sentido, o de alavanca do desenvolvimento, como processo de reforma integral da nação, como força pra elevá-la a condição de grande potência, à qual seremos em breve tempo.

## B I B L I O G R A F I A

- 1) LYRA — Augusto Tavares de.  
História do Rio G. do Norte.  
Edição Typographia Leuzinger Ltda —  
RJ. 1921.
- 2) CASCUDO — Luís da Câmara.  
História da Cidade do Natal.  
Edição Prefeitura do Natal — 1947  
História do Rio G. do Norte.  
Edição MEC. Imprensa Nacional — 1958.
- 3) CAVALCANTI — Mário.  
Tragédia do Mestre Escola. Imprensa  
Oficial. Edição — 1952 — Natal RN.
- 4) CÂMARA — Adauto.  
Ateneu Norte-Riograndense.  
Revista do Instituto Histórico e Geográ-  
fico do Rio G. do Norte — Vol. LI —  
1954 — pag. 10.
- 5) CÂMARA — Clementino  
Romance do Ateneu Norte-Riograndense  
Tip. Galhardo — 1945 — Natal — RN.
- 6) FAGUNDES — Antônio  
O ENSINO NO Rio Grande do Norte.  
Rev. do Inst. Histórico e Geográfico do  
Rio Grande do Norte.  
Vol. LIII, pág. 47
- 7) LEITE — Serafim  
Suma Histórica da Companhia de Jesus  
no Brasil  
Ed. Junta de Investigação Ultramarina  
— Lisboa. 1966
- 8) Publicações do Mec e Universidade Federal do RGN.
- 9) Documentos do Arquivo do Inst. Histórico e Geográfico,  
do Rio Grande do Norte.







(104)

981

Reg: 3 REG: 3

1000  
1000  
1000